

A CODIFICAÇÃO GRAMATICAL E O PROCESSO DE LATINIZAÇÃO DO PORTUGUÊS:

ASPECTOS CULTURAIS E LINGUÍSTICOS

11
aula

META

Apresentar a consolidação da língua portuguesa no século XVI.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá: ordenar o quadro histórico e cultural do século XVI – em Portugal, destacando o momento em defesa da língua pátria e de sua expansão ultramarina; reconhecer textos históricos e poéticos da época, situando o esforço de codificação gramatical, de exaltação nacionalista da língua portuguesa diante dos novos domínios geográficos por ela alcançados; e distinguir as variações dialetais do português tanto no território de origem (Portugal) quanto nos novos espaços de expansão ultramarina.

PRÉ-REQUISITOS

A aula número 11 – A codificação gramatical e o processo de latinização do português.



Padrão dos descobrimentos (Fonte: <http://www.vidaslusofonas.pt>).

Falamos na aula anterior sobre o crescente processo de expansão da língua portuguesa motivado, por um lado, pelas influências recebidas, a princípio, da língua francesa (galicismos), e, posteriormente, pelos contatos culturais desen-

INTRODUÇÃO



Cristóvão Colombo

Célebre navegador espanhol que descobriu o Novo Mundo em 1492. Deve ter nascido (motivo de controvérsia) em 1446 e morreu em 1506.

volvidos, na segunda metade do século XV, com a língua espanhola (hispanismos ou castelhanismos) e com a língua italiana (italianismos). Tal situação se deveu ao fato relacionado à difusão intensa das concepções lingüísticas, literárias e estéticas provenientes do Renascimento italiano.

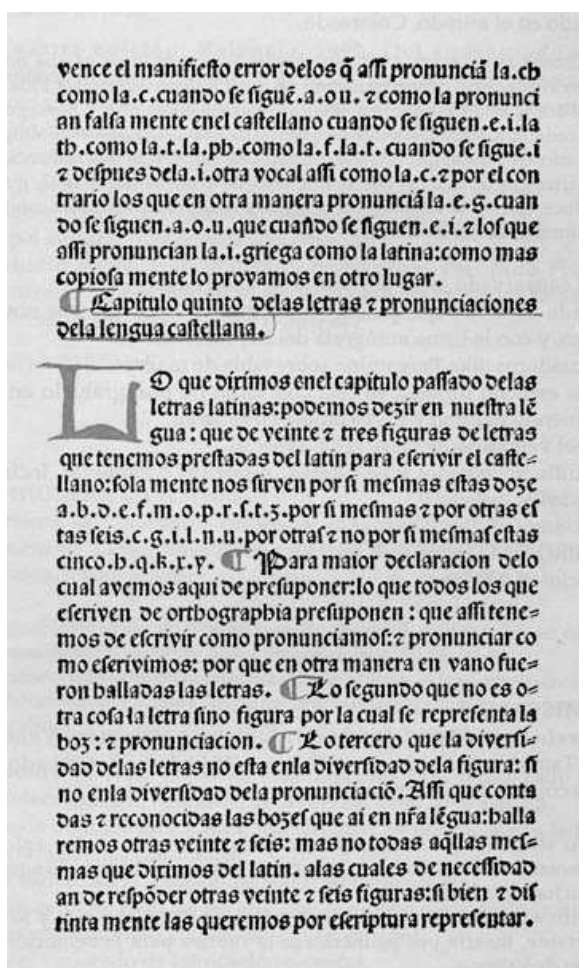
Particularmente, em relação à influência lingüística do espanhol (castelhano), dos meados do século XV até finais do século XVII, a ligação política de Portugal com Castela justifica o estado de bilingüismo (uso do castelhano como segunda língua) tal como se acha presente nos portugueses cultos da época.

No final do século XV, a Espanha vivia um processo lingüístico de unificação e expansão propiciado pelo venturoso movimento histórico que congregava energias até então dispersas, em função de justificar a sua empresa de colonização no novo mundo. Coincidindo, exatamente, com a consolidação dessa empresa, em agosto de 1492, meses depois da rendição de Granada (último reduto mouro no território hispânico), e se encontrando em viagem as naves de **Cristóvão Colombo**, editava-se a primeira “gramática” da língua castelhana, da autoria de António de Nebrija.

Até então, convém lembrar o conceito de “artifício” ou “arte”, isto é, regulação (normatização) gramatical que estava, unicamente, reservado ao ensino das línguas clássicas (tidas como cultas) como o latim e o grego, mas não para as chamadas línguas vulgares como as novas línguas românicas. Desse modo, era uma novidade aplicar esse conceito a uma língua vulgar com a língua castelhana.

Os propósitos do gramático Nebrija são expostos logo no prólogo de sua obra gramatical, do qual podemos realçar, pelo

menos, dois aspectos: a) fixar normas (regras) para dar consistência ao idioma, a fim de que, de agora em diante, o que se possa escrever permaneça nos tempos futuros como acontece com o latim e o grego; b) o saber gramatical da língua vulgar (no caso, do castelhano) deve facilitar a aprendizagem do latim, nascendo, com isso, um gesto de exaltação nacional movido pelo “grito” de Nebrija de que “sempre a língua foi companheira do império”, e, assim, deve seguir a sua missão na conquista de povos bárbaros e de nações de peregrinas línguas.



Gramática da Língua Castelhana, de António Nebrija
(Fonte: <http://idd004q0.eresmas.net>).

O movimento humanístico desencadeado em Portugal, a partir da segunda metade do século XV, suscita uma espécie de fascínio pela cultura clássica, possibilitando surgir uma elite de eruditos, a exemplo de André de Resende, cujas obras foram escritas em latim. É, então, do seio desses eruditos que brotam as primeiras formulações gramaticais para a língua portuguesa.

GRAMÁTICA



D. João III

Rei de Portugal (1502-1557). Subiu ao trono em 1521, após a morte do seu pai D. Manuel I. Foi soberano inteligente e voltado para o trabalho. Governou o seu país num momento histórico crucial. O império ultramarino português se espalhou pelos três continentes e exigia um esforço militar e administrativo ímpar à nação lusitana. D. João III enfrentou esse desafio com tranquilidade e competência.

O retorno à cultura clássica greco-latina

vai exigir dos escritores da época importar numerosos latinismos, aportuguesando-os e refazendo-os ou estilizando-os ou represtigiando formas arcaicas da língua medieval. Estudiosos como o brasileiro Souza da Silveira classificam esses latinismos introduzidos no português renascentista em: a) gráficos: octavo por oitavo, precepto por preceito, facultade por faculdade; b) fonéticos: abundar por avondar, contrário por contraíro, defesa por defesa, insula por ilha, rostro por rosto; c) morfológicos: superlativos eruditos como -érrimo, -ílmo, -íssimo. Exemplos: aspérrimo, difícilmo, belacíssimo e muitos outros; d) sintáticos: casos de aposto. Exemplos: Cidade Beja, reino Melinde, cidade Calecut; e) léxicos: avena/flauta, flama/chama, sumo/supremo, canoro, áureo, etéreo, férreo (muitos adjetivos terminados em -eo, e também aurífero, mortífero, odorífero (adjetivos terminados em -fero, com a idéia de produção ou de conteúdo). Acrescentem-se ainda palavras como pudico, egrégio, diáfano, pálido, insano, celeuma, inerte e tantas outras.

Ao lado desses propósitos de introdução de expressões latinas no português da época, desenvolve-se o gosto pelos estudos clássicos (ensino do latim e do grego) patrocinado pelos reis portugueses, que contrataram ilustres humanistas estrangeiros para mestres de seus filhos. Entre outros, merece referência especial o intelectual flamengo Nicolau Clenardo, filólogo da Universidade de Paris, Lovaina e Salamanca, que viveu em Portugal cinco anos e foi mestre de línguas clássicas (latim, grego e hebraico) de D. Henrique, filho do rei **D. João III**, de Portugal.

É em decorrência desse clima de cultivo e gosto da cultura clássica que nasce e se realiza a idéia de disciplinar, defender e aprimorar a língua portuguesa, tal como aconteceu, anteriormente, com a língua castelhana nas mãos do gramático Antônio de Nebrija. Então, num esforço para aproximar a língua portuguesa da sua mãe latina, surgem as duas primeiras gramáticas que se fazem acompanhar, posteriormente, dos primeiros dicionários e tratados ortográficos do português.

No entanto, antes mesmo que essas gramáticas aparecessem, nas três primeiras décadas do século XVI, sob o signo do Renascimento humanista, o prestígio dos estudos latinos amplia-se e domina toda a camada intelectual e erudita do reino português. A onda de latinismo vai consistir, então, em promover situações formais de codificação lingüística como a adoção de uma ortografia etimológica, a fim de que as palavras portuguesas (escritas) tornem-se mais próximas da sua língua-mãe: o latim. Por exemplo: a forma “doctor” vai substituir a forma mais popular “doutor” e assim por diante.

É nessa direção que humanistas eruditos como Damião de Góis (1502-1574) e André de Resende (1500-1573), cujas obras foram escritas, sobretudo, em latim, chegam a cometer exageros, a ponto de desfigurar termos usuais comuns. A esse respeito, vejamos as observações do historiador francês Paul Teyssier:

Damião de Góis escreve “epse” por “esse”, por causa do latim “ipse”. André de Resende grafa “nocte” por “noite”, “septe” por “sete”, “ochos” por “olhos”, “cognoscer” por “conhecer”, “nunqua” por “nunca” (...). É fácil imaginar as extravagâncias a que este sistema poderá



Damião de Góis (Fonte: <http://old.bpb.uminho.pt>).

conduzir. Não raro há de acontecer que o étimo, como base no qual se vai regularizar a grafia, seja falso. André de Resende, por exemplo, escreve “hacte” em vez de “até”, por imaginar que tal palavra provenhá do latim “hac tenus”, quando, na verdade, é de origem árabe.

Línguas românicas

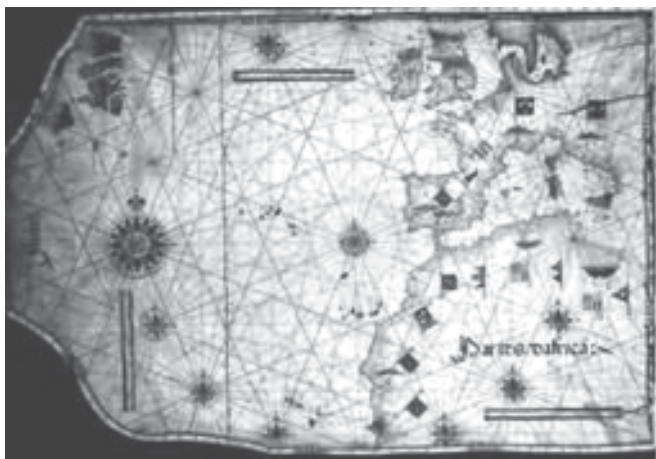
Dá-se o nome de línguas românicas ou neolatinas ao grupo de idiomas que evoluíram do Latim Vulgar. Dentre os vários romances que se formaram do século V ao IX, temos o castelhano, o leonês, o galo-provençal, romanço lusitano, do qual o português é um prolongamento.

Com efeito, trata-se de uma fase que se articula entre realidade e fantasia, aliás, situação muito comum, na época, para todas as **línguas românicas**, de certa forma já constituídas até então e em via de codificação. É inegável que o contexto português seja essencialmente diverso. Já em 1500, Pedro Álvares Cabral chega à terra que virá a ser a grande colônia portuguesa: o Brasil. A motivação principal do movimento de expansão territorial de Portugal era também o alargamento da rede de relações comerciais, de certo modo, com uma tradição mediterrânea já conhecida. Como as relações comerciais implicam relações culturais, estas supõem intercâmbio lingüístico.

À medida que avança o século XVI, somam-se aos interesses comerciais motivações religiosas aliadas à difusão cultural e lingüística como preocupações indispensáveis à política de expansão portuguesa. Nessa trajetória de conquistas, intensificam-se os

contatos com falantes de etnias variadas nos mais diversos pontos do mundo. Os portugueses descobrem novas terras, novas línguas, novas realidades: animais, plantas, frutos que eram trazidos para o reino e, naturalmente, com esses novos produtos chegam também suas designações novas e originais, favorecendo, assim, à ampliação do acervo léxico da língua portuguesa.

É dessa fase inicial do século XVI o significativo contingente vocabular importado de línguas asiáticas como: “jangada”, “canja”, “pijama”, “biombo”; de línguas africanas: “banana”, “girafa”,



Mapa Cartográfico Português - Armando Cortesão séc. XV
(Fonte: <http://www.instituto-camoes.pt>).

“missanga”. No Brasil, o tupi-guarani, como veremos em aula próxima, legou ao português milhares de palavras ainda hoje em pleno uso nos dois lados do Atlântico.

O intercuro comercial e a ação evangelizadora fazem do português uma espécie de símbolo da cultura cristã, tanto que passa a funcionar como língua franca de marinheiros, mercadores, missionários europeus e não europeus. E Lisboa, capital desse importante centro de convergência comercial, que é Portugal, desponta também como centro difusor de vocabulário asiático, africano e americano, considerado, pela novidade, vocabulário exótico ou de línguas exóticas.

Essa agitação cultural e lingüística vai possibilitar a elaboração de “cartilhas para aprender a ler e a escrever” e confecções de extensas listas de vocábulos para orientar o seu uso, sem falar no envio às terras recém-descobertas de livros e mestres com o objetivo de afirmação cultural e de exaltação e orgulho nacionalista. O resultado desse esforço cultural e lingüístico não só traduzirá na substituição de línguas autóctones pelo português, mas também no surgimento de novas línguas como os “crioulos” e na introdução de vocábulos portugueses em várias outras línguas.

Diante de todo esse estado de renovação política, econômica e cultural é que surgem as duas primeiras gramáticas da língua portuguesa: a “Gramática da linguagem portuguesa”, em 1536, de Fernão de Oliveira, considerada pelo próprio autor “a primeira anotação da língua portuguesa”, e a “Gramática Portuguesa”, em 1539-40, de João de Barros, também reconhecido pelo seu autor como a “segunda” obra gramatical do português. Daí para frente, seguem-se diversos tratados de natureza gramatical como “cartilhas”, “diálogos em louvor do português” e obras que versam sobre as origens da língua portuguesa, a questão da ortografia, ao lado de dicionários e preceitos que visavam ao uso regular do português corrente da época.

As duas primeiras gramáticas portuguesas (a de Fernão de Oliveira e a de João de Barros) são fiéis à idéia original do

Crioulos

Modalidade de língua mista que, por motivos diversos de ordem histórica ou sociocultural, se tornou língua materna de toda uma comunidade, o que o difere dos sabires ou pidgins que não se tornaram línguas maternas. Atualmente, há crioulos em várias regiões de colonização espanhola, francesa e portuguesa. Os crioulos de Cabo Verde e da Guiné Bissau são de base portuguesa.

gramático castelhano Antônio de Nebrija, quando afirma ser a “língua companheira do império”. Este mesmo empenho na difusão da língua portuguesa está presente em Fernão de Oliveira: “(...) apuremos tanto a nosso (língua) com boas doutrinas, que a possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados e amados (...)”, e também em João de Barros: “As armas e os padrões portugueses postos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da terra, materiaes sam, e pode-as o tempo gastar, pero nam gastará doutrina, costumes, linguagem, que os Portugueses nestas terras leixaram”.

Apesar das diferentes motivações e objetivos que levaram esses dois gramáticos à elaboração de suas gramáticas, em pleno fervor do século XVI: o primeiro – Fernão de Oliveira – organiza as suas “primeiras anotações” a partir de aulas ministradas a nobres da familiar real portuguesa, e o segundo – João de Barros – elabora a sua gramática centrado no modelo gramatical clássico greco-latino. No entanto, uma se revela complementar a outra, tanto que parece não ser lícito avaliar o mérito de uma em relação à outra. O mais justo e acertado seria atribuir a ambas e a ambos os autores o feito histórico exemplar e irrepetível de escreverem a primeira gramática da língua portuguesa.



Azulejo Português, séc. XVII (Fonte: <http://bp1.blogger.com>).

Em decorrência do que vinha acontecendo na Europa, em termos de desenvolvimento econômico, político e cultural, o século XVI se abre, em Portugal, pleno de novidades em relação aos descobrimentos marítimos e aos contatos culturais e lingüísticos com povos asiáticos, africanos e americanos. Soma-se, então, a essa realidade, todo um clima de renovação do gosto estético e literário proveniente da difusão do movimento renascentista italiano que atinge vários países do continente europeu, inclusive Portugal, e instala o culto das artes e da cultura clássica greco-latina.

CONCLUSÃO

Toda essa movimentação cultural se faz acompanhar de um espírito renovador e ativo de valorização das línguas vulgares (vernaculares) que acarreta não só um processo de empréstimo lingüístico, sobretudo de palavras consideradas eruditas, diretamente colhidas do acervo lingüístico latino (latinismos), mas também de um esforço louvável para codificar, normatizar essas línguas vulgares, com o objetivo de torná-las semelhantes à nobreza de sua língua-mãe: o latim.

Com tal afã é que, em 1536, surge a primeira formulação gramatical do português, elaborada por Fernão de Oliveira, que reúne as suas aulas ministradas na Corte portuguesa e presenteia a família real com esse feito histórico, até então, inédito. Mais adiante, em 1540, o cronista, historiador e gramático João de Barros, sob o signo da gramática normativa greco-latina, edita a sua “Gramática da Língua Portuguesa”, que será, de fato, o modelo e referência como instrumento ou código normativo a ser seguido por gramáticos futuros na sua preocupação de uso “correto” da língua.

Essas duas obras gramaticais servem de marco e de estímulo para que se desenvolva, daí para frente, toda uma cultura gramatical portuguesa e, à sua sombra, floresçam dicionários e diversos tratados de ortografia e outros preceitos que devem reger o português, sobretudo, em seu uso formal e institucional.



RESUMO

Nas últimas décadas do século XV, isto é, na passagem da Idade Média para o Renascimento, acontece, na Europa, uma revolução histórica, cultural e política que marca profundamente o destino das chamadas línguas vulgares ou vernaculares, até então, sem prestígio social e tidas como línguas sem passado, frente à poderosa história das línguas clássicas como o grego e o latim. Ao lado dessa atitude de indiferença ou mesmo de desdém, em relação às línguas vulgares (vernaculares), quase como um paradoxo, um punhado de humanistas do Renascimento, a princípio, voltados apenas para o culto do mundo clássico antigo, entre eles, como exemplo, destaca-se Dante Alighieri, autor da consagrada obra do Renascimento italiano “A Divina Comédia” e de um tratado de exaltação dos falares vulgares intitulado “Da vulgar eloquência”, desencadeia, por um lado, a já reconhecida devoção ou paixão pelas línguas clássicas, e, por outro e ao mesmo tempo, de modo progressivo e constante, uma consciência do valor indiscutível das línguas vulgares da Europa. É essa tomada de consciência que conduz intelectuais e eruditos do Renascimento europeu, incluindo aí Portugal, a promoverem campanhas em defesa das línguas vulgares, propondo, apresentando ou elaborando obras (gramáticas) de codificação normativa dessas línguas vernáculas que, a partir de então, deveriam acompanhar a expansão ultramarina, como foi o caso de espanhóis e portugueses, e servir de instrumento, de modelo para o ensino e a aprendizagem da língua e da cultura do colonizador. É com esse fervor que aparecem, respectivamente, em 1536 e 1540, em Portugal, as duas primeiras gramáticas do português: a de Fernão de Oliveira e a de João de Barros. Trata-se de duas codificações iniciais que vão dar origem a toda uma tradição cultural normativa do idioma luso, daí pelos séculos seguintes.



ATIVIDADES

1. Descreva, em linhas gerais, o ambiente político, renovador e cultural português, no início do século XVI.
2. Como você compreende as motivações sociais que levaram ao aparecimento das duas primeiras gramáticas em Portugal?
3. Pesquise, na bibliografia apresentada para esta aula, pelo menos, duas diferenças entre a gramática de Fernão de Oliveira e a de João de Barros.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Caro aluno, lembre-se que no século XVI os interesses comerciais e as motivações religiosas andavam juntos à difusão cultural e lingüística. Nessa época, se evidenciava a aproximação de falantes variados em pontos distintos no mundo. Então, foi a partir da agitação cultural e lingüística que surgiram as duas primeiras gramáticas da língua portuguesa.

PRÓXIMA AULA



Você verá como se projetou a língua portuguesa em alguns domínios geográficos.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José Jobson de. **História antiga e medieval**. São Paulo: Ática, 1977.
- CÂMARA, Jr. Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Padrão Editora, 1975.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1976.

CUNHA, Celso. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: FENAME, 1972.

HAUY, Amini Boainain. **História da língua portuguesa I – Séculos XII, XIII e XIV**. São Paulo: Ática, 1989.

LOYN, H.R. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

MASSAUD, Moisés. **A literatura portuguesa através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1970.

PAIVA, Dulce de Faria. **História da língua portuguesa II – Século XV e meados do século XVI**. São Paulo: Ática, 1988.

SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. Lisboa: Coleção Europa-América, 1983.

SPINA, Segismundo. **Presença da literatura portuguesa I – Era medieval**. São Paulo: DIFEL, 1969.